

“Perdoo advogado que vem aqui defender clientes”, diz desembargador

“Eu perdoo o advogado que vem aqui defender clientes. Essa é a função do advogado e a gente tem que perdoar.” A frase é do desembargador Paulo Espírito Santo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e foi dita durante o julgamento de um dos processos relacionados à operação “lava jato”, nesta semana, quando o desembargador decidiu fazer um longo discurso contra corrupção.

Reprodução



“O país não suporta mais a corrupção”, afirmou o desembargador Espírito Santo.
Reprodução

Entre as coisas ao trabalho do Ministério Público, da Polícia Federal, do Judiciário e da imprensa, Espírito Santo aproveitou para ralhar com defensores que se referiam a Sergio Moro pelo nome. “Sua excelência, o doutor juiz de Direito Sergio Moro”, diz ele, seria a forma correta de falar do responsável pelas ações da operação em Curitiba.

Já o início do voto do desembargador deu o tom da fala que estava por vir. Assim que terminou a leitura do relatório, discursou que “o país não suporta mais a corrupção, a violência também, o desvio de conduta das autoridades. E o país não suporta mais a impunidade”.

O julgamento era para [discutir se o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o ex-dono da construtora Delta Fernando Cavendish deveriam responder ao processo presos ou em regime domiciliar](#), mas Espírito Santo já se adiantou e disse que os crimes dos quais eles são acusados já estão provados: “[Esse caso] envolveu 93% de contratos com o poder público, envolvendo R\$ 11 bilhões, desfalcando os entes da federação. Será que isso é razoável? E através de empresas, que se pensava que eram empresas híbridas, [mas] eram empresas fantasmas. Isso está provado!”

Ele aproveitou o voto também para registrar seu apreço pelo juiz Sergio Fernando Moro, titular da 13ª Vara Federal da Curitiba, onde corre a parte da “lava jato” relacionada à Petrobras. Para Espírito Santo, o juiz é “de alto nível” e está mudando a história do Brasil. Além disso, acrescenta, ele não é um justiceiro. “A vida dele acabou por causa disso. Porque ele está contrariando tantos interesses...”,



acredita o desembargador, embora Moro não seja o juiz dessa parte da "lava jato", que corre na Justiça Federal do Rio.

Dentre os pontos atacados pelos advogados que trabalham no caso está a ausência de imparcialidade com a qual seus clientes têm sido tratados — recentemente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi inclusive à Organização das Nações Unidas apontar a parcialidade de Moro. No entanto, para o desembargador que julgou o caso no TRF-2, não há parcialidade sequer na imprensa: “O que existe é uma eficiente imprensa e mídia falada e escrita no Brasil”.

“Eu nunca na minha vida vi uma notícia, sobretudo em jornal grande, que não fosse real, que fosse invenção para denegrir, bater nas pessoas, causar crime contra a honra”, disse o desembargador. “O momento desse julgamento é histórico sim. Não para perseguir as pessoas. Nós não julgamos as pessoas. Deus não deixaria eu fazer isso. Nós julgamos o caso, que é desenvolvido praticamente pelas pessoas.”

Ouçá o voto: